

Setor mineral vive fase de retração até de mapeamento

De 1987 a 1985, os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o setor mineral ficavam na casa das centenas de milhões de dólares anuais. Este ano, todos os projetos financiados pelo Banco somam apenas US\$ 70 milhões. "Realmente, não estamos mais vivendo um boom mineral", constata Hélio Blak, diretor do departamento de mineração do BNDES. Mais do que isso, Blak afirma não ver condições, a curto prazo, para a volta dos grandes investimentos no setor.

O problema começa em um campo básico: há oito anos não se faz mapeamento geológico no País, que tem apenas 12% de seu território conhecido, em termos de jazidas minerais. "Com o fim do 'milagre', houve um corte brutal nos recursos para pesquisas e o mapeamento básico foi junto nesse bolo", afirma José Carlos Boa Nova, presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. Sem mapeamento, e com a drástica redução nos financiamentos para a pesquisa mineral, não surpreende a retração dos investimentos das empresas nacionais no setor. "As multinacionais estão mais ativas", observa Blak.

Como o BNDES não financia multinacionais, os projetos que estão sob sua alçada são o prosseguimento de antigos programas ou aqueles de menor porte. Dentre os maiores, Blak cita o programa de cobre no Salobo, em Carajás; a expansão do projeto de Carajás; metal-silício da Liasa; segunda fase da Albrás; e a mina de ouro de Chapetuba. "A Vale do Rio Doce, está atualmente numa fase que eu não chamaria de retração, mas de acomodação dos projetos, porque começou a amortização do ferro de Carajás", conta Blak, que acredita num panorama melhor a partir do ano que vem caso seja concretizado o projeto titânio do Vale e a expansão dos programas do zinco por algumas empresas.

A ausência dos grandes projetos vem sendo preenchida, segundo ele, pela exploração para a transformação metalúrgica. Para Blak, este movimento parece ditar a evolução dos projetos minerais no País nos próximos anos. "O boom do início dos anos 80 representou um estágio no desenvolvimento. Precisávamos evoluir, em termos de jazidas e hoje já contamos com uma base produtiva disponível", explica.

Mas ele não vê saída para o setor mineral no País a não ser através da pesquisa, afirmando que "o banco está disposto a apoiar projetos de pesquisa", embora reconheça a dificuldade de os estados, através de suas empresas de mineração, investirem em pesquisa. "Não conseguiram montar um esquema com as empresas estaduais devido a escassez de recursos, principalmente os cortes dos recursos do Imposto Único sobre Minerais". E observa que dificilmente os estados conseguem avaliar os projetos, oferecendo as garantias exigidas pelo BNDES.

Por isso, Blak defende uma maior proteção para a empresa nacional, através de incentivos. No caso das estatais, por exemplo, seria preciso acabar com a "perniciosa discussão" do que seja uma estatal produtiva, que define os cortes na proposta de redução do déficit público. Blak vê como um "erro fundamental" inibir os gastos de uma empresa como a Vale, por exemplo, na área de pesquisa mineral e alerta que, mais tarde, o feitiço irá se voltar contra o feiticeiro: "dificuldades no investimento se transformam em dificuldades para a exportação", sentencia.

O incentivo às estatais poderia, talvez, começar pela própria CPRM. O orçamento da empresa para este ano é de Cz\$ 300 milhões e, como já foi devidamente engolido pela inflação, a CPRM pediu um adicional de Cz\$ 650 milhões, dos quais até agora só foram liberados Cz\$ 260 milhões.

Segundo Boa Nova, o mapeamento básico não é algo caro — "envolve trabalho de campo dos geólogos" — mas tem importância fundamental para a localização de jazidas. A segunda fase, de pesquisa mineral, tem um orçamento de Cz\$ 45 milhões. A CPRM já solicitou mais Cz\$ 90 milhões, dos quais vão ser liberados Cz\$ 40 milhões. Boa Nova adianta algumas novidades no setor de pesquisa, como, o levantamento para a exploração de terras raras, na região amazônica, que são bens minerais utilizados em tecnologia de ponta e vendidos a quilo, ou seja, bem valorizados. O Brasil importa terras raras e não há produção expressiva destes minerais. Segundo o presidente da CPRM, a pesquisa na região amazônica já demonstrou "um bom potencial" para estes minerais, embora não haja ainda nenhum cálculo quantitativo em termos de produção.

Boa Nova acena também com a produção de carvão no Sul: "Mais e mais a água será utilizada para fins de irrigação. Será preciso apostar na geração de energia através do carvão". Está em curso, ainda, uma pesquisa sobre uma jazida não delimitada de zinco em Palmeirópolis, Goiás.

Para o desenvolvimento de suas atividades, o setor da mineração têm reivindicações que vão além da questão do financiamento. A mais delicada delas refere-se à exploração de jazidas em reservas indígenas. "Esta questão deve ser examinada caso a caso, ouvindo as lideranças indígenas. Não pode ser tratada de forma emocional. Temos que lembrar que o pior para o índio é o garimpo clandestino. A exploração por empresas regularizadas é mais racional", defende Blak.

De qualquer maneira, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) enviou emenda para o anteprojeto de Constituição proibindo qualquer exploração mineral em reserva indígena, mesmo que feita por empresas nacionais e estatais. O anteprojeto, aliás, tem dois pontos que preocupam as empresas mineradoras, além da questão indígena: a revogação do Imposto Único e a determinação de prazo para a concessão do direito de lavra, que, alegam os mineradores, estimularia a exploração predatória, sem investimentos de longo prazo até em termos tecnológicos.